

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



No lugar de Pimenta, Sidônio terá trabalho

Comunicação transparente: o desafio de Sidônio

Nas conversas anteriores ao aceite para ser o secretário de Comunicação da Presidência, o publicitário Sidônio Palmeira perguntou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "Qual é o seu horizonte na Presidência? Dois anos ou seis?" Se o horizonte for dois anos, ponderou Sidônio, não é preciso fazer nada de novo: dois anos o mandado conquistado já garante. Mas se o horizon-

te for estar de fato competitivo para um segundo mandato, ponderou, então há diversas coisas a serem mudadas. Sidônio já começou a fazer mudanças na prática. E os vídeos nos quais o próprio Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desmentem taxaço do PIX já fazem parte da nova estratégia. Falas claras, dirigidas diretamente às pessoas.

Sem taxa

No vídeo de Lula, ele aparece no Palácio do Planalto usando um casaco do Corinthians. Faz, então, um PIX de pouco mais de R\$ 1 mil para "ajudar as finanças" do seu time de coração. E demonstra ali, claramente, que nenhuma taxa adicional foi cobrada na operação.

Além do Palácio

Há um problema sério, porém, que Sidônio já identificou, como ele mesmo declarou, e precisa resolver. Não é só a comunicação do Planalto que é ruim. É ruim em todo o governo. E se ela não for integrada e aperfeiçoada, o governo seguirá apanhando.



Na comunicação, empresa de Pimentel é fantasma

Site de empresa que gere mais de R\$ 5 bi é exemplo

Um exemplo veemente dos problemas de comunicação pode ser acessado no endereço emgea.gov.br. Trata-se do site da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), presidida pelo ex-governador de Minas Gerais Fernando Pimentel e vinculada ao Ministério da Fazenda. Ela gerencia mais de R\$ 5 bilhões decorrentes do

Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS). Além da gestão dos seus próprios ativos, ela também propõe soluções para terceiros. Como a Emgea faz isso? O que ela faz com os recursos que administra? Como isso retorna para a União? As ferramentas de comunicação da empresa estão longe de responder.

Sem contatos

A Emgea não tem sequer uma assessoria de comunicação. Se tem, não há nenhum telefone de contato ou e-mail no site. A página tem apenas um e-mail da sua ouvidoria que está desativado. Remete a uma resposta automática que recomenda contato com o Fala.BR.

Sem telefone

O único telefone disponível no site é um número de 0800. A última notícia publicada no site data do dia 31 de janeiro de 2023, ou seja de um mês somente depois do início do atual governo. Com uma declaração ainda do presidente anterior, Rodrigo Brandão.

Transparência

Tudo parece levar a crer que não há um interesse real em tornar pública e transparente a atividade de uma empresa estatal que gerencia R\$ 5 bilhões. Alguém poderia argumentar que a empresa não está interessada nos meios tradicionais de comunicação.

Redes sociais

O que já seria um erro. Mas a Emgea não está também nas redes sociais. O Correio Político encontrou apenas um perfil, identificado como "não oficial", no Facebook. Mas nunca foi feita uma postagem sequer nele. No Instagram, é mencionada em outros perfis.

AGU notifica Meta sobre suspensão de checagem

Governo criará grupo de trabalho para discutir regulamentação

Por Gabriela Gallo

A Meta – empresa responsável por administrar as redes sociais Facebook, Instagram, Messenger, Treads e Whatsapp – tem até esta segunda-feira (13) para prestar esclarecimentos a Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a suspensão do sistema de checagem de informações falsas e mudanças nas diretrizes internas das redes. Na sexta-feira (10), a AGU entrou com uma notificação extrajudicial contra a Meta solicitando as informações. A medida foi tomada logo após uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e membros da equipe jurídica e de comunicação do governo federal sobre o tema.

Ao anunciar a notificação extrajudicial, a AGU questiona se a Meta divulgará um relatório de transparência sobre como será o sistema de checagem pelas notas de comunidade. Além disso, solicitou informações acerca das "providências que vêm sendo adotadas a respeito do dever de cuidado com relação à coibição de violência de gênero, proteção de crianças e adolescentes, prevenção contra racismo, homofobia, prevenção contra suicídio, óbitos e discursos de ódio e outros temas de direito fundamental".

Medidas judiciais

O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que, caso a Meta não atenda às exigências da AGU, o governo brasileiro pode entrar com medidas judiciais contra a empresa. Ele não detalhou quais medidas seriam aplicadas. "O Brasil tem uma legislação muito rigorosa na proteção de crianças e adolescentes, proteção de populações vulneráveis, na proteção do ambiente de negócio e nós não vamos permitir de forma alguma que essas redes transformem o ambiente em uma carnificina ou barbárie digital", reforçou Messias.

Na última terça-feira (7), o dono da Meta, Mark Zucker-



Governo cogita medidas judiciais contra a Meta de Zuckerberg

berg, anunciou o fim do sistema de checagem de notícias falsas nas redes sociais. No lugar dos checadores oficiais, será adotado o sistema de "notas de comunidade", semelhante ao que é usado pelo X e provoca questionamentos em diversos países do mundo. Além disso, as novas diretrizes da Meta permitirão insultos, além de pedidos de exclusão de grupos em debates sobre imigrantes, mulheres, homossexuais e transgêneros.

Zuckerberg afirmou que as mudanças visam alcançar a "plena liberdade de expressão", que, segundo ele, estavam sendo interferida pelo sistema de checagem. Porém, uma nota conjunta dos checadores de fatos pelo mundo, divulgada na quinta-feira (9), alega que era a própria Meta que definia "como e se os conteúdos apontados como falsos pelos verificadores deveriam ser removidos, freados ou rotulados".

Macron

Além da reunião com ministros e membros da equipe governamental, ainda na sexta-feira o presidente Lula recebeu uma ligação do presidente da França, Emmanuel Macron. Na ligação, que durou cerca de 30 minutos, ambos os chefes de Executivo

trataram de temas de interesse para a relação entre os dois países, dentre eles, o caso da Meta.

De acordo com o Palácio do Planalto, por meio de nota, os presidentes "concordaram que liberdade de expressão não significa liberdade de espalhar mentiras, preconceitos e ofensas". Vale destacar que o conceito constitucional de "liberdade de expressão" nos Estados Unidos, país de origem do grupo Meta, é diferente da Constituição brasileira e francesa. Tanto o Brasil quanto a França defendem a liberdade de expressão, porém, não a consideram absoluta – ao contrário dos Estados Unidos, que têm uma visão mais ampla do conceito.

"Ambos consideraram positivo que Brasil e Europa sigam trabalhando juntos para impedir que a disseminação de fake news coloque em risco a soberania dos países, a democracia e os direitos fundamentais de seus cidadãos", reforçou o Palácio do Planalto.

Regulamentação

Na reunião do governo também foi definido que será criado um grupo de trabalho entre ministérios, entidades e associações de meios de comunicação para discutir a regulamentação das re-

des no país. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacou que o tema será tratado com prioridade para 2025 e citou o vídeo fraudulento criado por inteligência artificial que simula o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarando que haverá taxaço em transferências via Pix a partir de R\$ 5 mil, o que não é verdade.

As mudanças anunciadas pela Meta devem trazer à tona a discussão na Câmara dos Deputados do PL 2630/2020 que "Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet". O texto, que já foi aprovado no Senado, está travado na Câmara, mas pode voltar a ser discutido com o retorno das atividades legislativas.

Todavia, o governo não descartou a possibilidade de elaborar outra proposta de regulamentação das redes. Além disso, há a possibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) retomar o julgamento do do artigo 19 do Marco Civil da Internet, o qual "exige ordem judicial prévia para a exclusão de conteúdo e a consequente responsabilização civil de provedores por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros".

Governo é impopular, mas Lula vence todos em 2026

Por Rudolfo Lago

O governo Lula amarga os índices mais baixos de popularidade desde o seu começo. Pela primeira vez, o percentual daqueles que desaprovam o governo é superior ao daqueles que aprovam. Mas, ainda assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é o grande favorito para vencer as próximas eleições presidenciais em 2026. Ele vence em todos os cenários colocados. Essas são as conclusões de pesquisa do instituto Atlas Intel com a Bloomberg para o Latam Pulse Brasil, divulgada na sexta-feira (10).

De acordo com a pesquisa, 49,8% dos entrevistados desaprovam o atual governo, contra 47,8% que aprovam. É a primeira vez que o percentual de desaprovação é maior que o de aprovação. Na rodada anterior, em novembro, os percentuais eram os mesmos, em 47,3%.

No mesmo sentido, é maior o percentual daqueles que consideram o governo ruim ou péssimo, em comparação com quem considera ótimo ou bom. São 44,6% que acham o governo Lula ruim ou péssimo, contra 40,8% os que julgam bom ou ótimo. De novo, é a primeira vez que o percentual negativo é maior. Em novembro,



Lula vence em todos os cenários testados para 2026

os dois índices também estavam empatados em 43,1%.

Lula

Apesar dessa percepção sobre o governo, Lula ainda é a personalidade política mais bem avaliada. Para 51% dos entrevistados, a imagem que têm do presidente é positiva, contra 46% que têm uma imagem negativa. É uma boa notícia para o governo que são seus integrantes que vêm logo atrás com os melhores índices. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) tem 48% de imagem positiva e 47% de imagem negativa. A partir daí, a imagem negativa é maior que a positiva.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), tem 49% de imagem negativa e 48% de positiva. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), 50% de imagem negativa e 47% de positiva. E a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB) o mesmo percentual de avaliação positiva e negativa, em 47%.

Os nomes que fazem oposição ao governo Lula aparecem em situação pior. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem 50% de avaliação negativa e 46% de avaliação positiva. O ex-presidente Jair Bolsonaro, 56% de avaliação negativa e 41% de avaliação positiva.

Eleições

Decorre daí o favoritismo, no momento, de Lula na corrida pela reeleição. O Atlas Intel testou dois cenários de primeiro turno. No primeiro, o principal adversário de Lula seria Tarcísio de Freitas, No caso, o presidente venceria com 42,5%. Tarcísio teria 33,2%. Pablo Marçal (PRTB) seria o terceiro, com 6,9%. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União) teria 2,9%. Simone Tebet, 2,1%. O senador Sergio Moro (União), 1,4%. O cantor sertanejo Gustavo Lima, 1,3%. E Marina Silva, 0,9%.

No segundo cenário, o adversário principal é o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. No caso, Lula tem 41,2%. Eduardo Bolsonaro, 23,5%. Pablo Marçal, 7,9%. Caiado, 6,2%. Moro, 4,6%. Gustavo Lima, 4,3%. Simone Tebet, 2,4%. E Marina Silva, 2%.

A pesquisa foi feita no sistema Atlas Random Digital Recruitment, no qual os entrevistados são recrutados durante a navegação na internet por qualquer dispositivo. Foram ouvidas 2,8 mil pessoas entre os dias 26 e 31 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais.